

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.237 - PB (2019/0333540-0)**

**RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA**  
**RECORRENTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**RECORRENTE : MARIA DE FATIMA SILVA CUNHA**  
**ADVOGADO : NEY ANDRADE SOUSA SILVA - PB016938**  
**RECORRIDO : OS MESMOS**

**DECISÃO**

**Vistos.**

Trata-se de Recursos Especiais interpostos pela **UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA** e por **MARIA DE FÁTIMA SILVA CUNHA** contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região no julgamento de Apelação, assim ementado (fls. 291/296e):

**CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. DESVIO DE FUNÇÃO. CARACTERIZAÇÃO. DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS. ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO DA UFPB. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE DE ODONTÓLOGA. COMPROVAÇÃO. PROVA MATERIAL CUMULADA COM PROVA TESTEMUNHAL. FIXAÇÃO COMO VENCIMENTO O CARGO INICIAL DA CARREIRA. JUROS DE MORA. OBSERVÂNCIA DO ENTENDIMENTO ASSENTADO NO RE 870.947/SE. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA.**

1. As pretensões deduzidas contra a Fazenda Pública que envolvem relação de trato sucessivo, como a presente, estão sujeitas ao prazo quinquenal estabelecido no Decreto 20.910/32, qualquer que seja a natureza do direito discutido. Precedentes. Preliminar de prescrição bienal/trienal rejeitada.

2. A jurisprudência, tanto do Superior Tribunal de Justiça (Súmula 378) quanto do Supremo Tribunal Federal (2ª Turma, Agravo Regimental no AI 281111, v.u., rel. Min. CELSO DE MELLO, DJU de 15-12-2009; 1ª Turma, Agravo Regimental no RE 222.656, v.u., rel. Min. CARLOS BRITTO, DJU de 27-10-2006), vem entendendo que o desvio de função, embora não assegure ao servidor direito a um novo enquadramento, justifica o pagamento de diferenças salariais.

3. Para a caracterização do desvio de função, deve ser demonstrado, de forma que se requeira cabal, o exercício pelo servidor de atividades estranhas ao cargo para o qual fora nomeado.

4. Hipótese em que servidora pública investida no cargo de Assistente de Administração (nível intermediário) logrou demonstrar, mediante robusto acervo documental corroborado por prova testemunhal, que as

*atividades por ela exercidas no setor de saúde da UFPB (hospital e centro de assistência médica) desbordariam daquelas inerentes ao seu cargo efetivo, para alcançar também as atribuições do cargo de Odontólogo, razão pela qual faz jus ao pagamento das diferenças salariais relativas ao período não abrangido pela prescrição quinquenal, qual seja, de dezembro de 2011 a agosto de 2016, data em que teria cessado o desvio funcional em foco.*

*5. No cálculo do valor das diferenças remuneratórias, devidas em razão do exercício desviado, deverá ser utilizado como paradigma o padrão inicial de vencimentos do cargo paradigma. A liquidação da verba indenizatória, portanto, no presente caso, deverá levar em conta o salário inicial da carreira do cargo de Odontólogo da UFPB. Precedentes desta Corte Regional.*

*6. O Plenário do STF, concluindo o julgamento do RE 870.947/SE, definiu que, no tocante às condenações oriundas de relação jurídica não-tributária, os juros de mora serão aplicados com base nos índices aplicados à caderneta de poupança, de acordo como o art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997, com a redação dada pela Lei nº 11.960/2009, e a correção monetária consoante o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).*

*7. Apelação da UFPB parcialmente provida.*

Opostos embargos de declaração pela **UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**, foram rejeitados (fls. 364/367e).

Rejeitados, também, os embargos de declaração opostos por **MARIA DE FÁTIMA SILVA CUNHA** (fls. 384/387e):

Com amparo no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, além de divergência jurisprudencial, **MARIA DE FÁTIMA SILVA CUNHA** alega violação ao art. 1.022, parágrafo único e I, do CPC/2015, por omissão do acórdão recorrido acerca da aplicação do entendimento firmado pela Terceira Seção do STJ, no REsp 1091539/AP, submetido ao rito dos processos repetitivos, no tocante à forma de cálculo das diferenças salariais decorrentes de desvio de função, a ser efetivada no padrão correspondente àquele em que, por força de progressão funcional, se enquadraria a servidora, caso ocupasse o cargo de odontólogo efetivamente exercido.

No recurso interposto com amparo no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, a **UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA** aponta ofensa aos dispositivos a seguir relacionados, alegando, em síntese, que:

I - Arts. 41 e 117, XVII e XVIII, da Lei n. 8.112/1990: (a) a investidura em

cargo ou emprego público depende de aprovação em concurso público de provas e títulos, não se admitindo pagamento em virtude de alegações de desvio de função; (b) o pedido de diferenças remuneratórias por desvio de função não encontra amparo no princípio da legalidade; e (c) o desvio de função teria ocorrido no interesse da parte autora, "que realizou tal atividade à próprio tento, visto que não havia outra pessoa que lhe cobrasse o exercício de função diversa para o qual fora nomeada, mas que não estava obrigada, ao contrário, estava totalmente proibida" (sic, fls. 392/393e);

II - Art. 1º-F, da Lei n. 9.494/1997: aplicação da TR até a modulação dos efeitos e consequente trânsito em julgado do RE 870.947/SE, submetido ao regime dos processos representativos de controvérsia.

Com contrarrazões de ambas as partes, os recursos foram admitidos (fls. 503/505e).

**Feito breve relato, decido.**

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, V, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com os arts. 34, XVIII, c, e 255, III, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a dar provimento a recurso se o acórdão recorrido for contrário à tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral (arts. 1.036 a 1.041), a entendimento firmado em incidente de assunção de competência (art. 947), à súmula do Supremo Tribunal Federal ou desta Corte ou, ainda, à jurisprudência dominante acerca do tema, consoante Enunciado da Súmula n. 568/STJ:

*O Relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.*

No que tange ao recurso interposto por **MARIA DE FÁTIMA SILVA CUNHA**, verifico que assiste razão à Recorrente no tocante à violação ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, por omissão da decisão recorrida acerca da aplicação do entendimento firmado por esta Corte ao julgar o REsp 1091539/AP, submetido ao rito dos processos repetitivos, no tocante à forma de cálculo das diferenças salariais decorrentes de

desvio de função.

Verifico que, ao proferir o acórdão recorrido, o tribunal a quo manifestou-se nos seguintes termos acerca da questão debatida, *in verbis* (fls. 292/294e):

*No caso em tela, restou demonstrado, claramente, na farta documentação carreada aos autos, corroborada pela prova testemunhal, que a postulante, empossada inicialmente no emprego público de Assistente em Administração (nível intermediário) em 01/06/1983, em razão de ser graduada em Odontologia, passou a exercer atividades atinentes ao cargo de Dentista, pelo menos desde março de 1987 conforme documentos de id. 4058200.1238403, id. 4058200.1238401 e id. 4058200.1238402.*

*Com efeito, - em especial a Declaração da Chefia dos documentos acostados aos autos (i) Campus Universitário de João Pessoa UFPB, emitida em 25/02/1988, dirigida à Comissão de Enquadramento da UFPB, em cumprimento a Portaria Interministerial nº 49, de 21/01/1988 (id.*

*4058200.1238403); a Portaria do Diretor Superintendente do Hospital "Lauro Wanderley" exarada em (ii) 18/05/2010, lotando a autora no setor de "Odontologia Social" do aludido hospital (id.*

*4058200.1238406); a Declaração do Departamento de Pessoal da Fundação José Américo datada de (iii) 13/03/1991; e, ainda, as fichas de atendimentos odontológicos realizados pela autora no período de (iv) 2011 até agosto de 2016 (identificadores de 4058200.123416 a 4058200.12384493) - , de demonstram forma cabal, durante o período não alcançado pela prescrição (ou seja, de novembro de 2014 que o autora, a agosto/2016), exerceu atividades que desbordaram das inerentes ao seu cargo originário de Assistente Administrativo. Exsurge incontestemente do acervo fático-probatório que a demandante exerceu nesse período funções típicas de cargo de Odontologia, tais como: atender, orientar e executar tratamento odontológicos em pacientes (estudantes e servidores da UFPB), realizando, entre outras atividades, radiografias, extração de dentes, ajuste oclusal; manter o registro de pacientes atendidos, anotando a conclusão do diagnóstico, tratamento e evolução da afecção para orientação terapêutica adequada; orientar e encaminhar para tratamento especializado; orientar sobre saúde, higiene e profilaxia oral, prevenção de cárie dental e doenças periodontais, dentre outras.*

*Os depoimentos testemunhais, colhidos sem contradita, também revelam o alegado desvio funcional, vez que todas as testemunhas arroladas afirmaram, de forma uníssona, que a autora, embora tenha sido nomeado para cargo diverso, exerceu na instituição federal de ensino atribuições próprias de dentista.*

*Assim, caracterizado o desvio de função, resta à Administração Pública,*

*por utilizar-se da força de trabalho da demandante como dentista, em manifesta afronta ao princípio da legalidade, o dever de indenizá-la, vez que prevalecer entendimento diverso, estar-se-ia a admitir a possibilidade de locupletamento indevido do ente público, em manifesta afronta aos preceitos constantes na ordem jurídica pátria.*

*Cumpre registrar, ademais, que durante esse período em que a autora laborou em desvio de função junto a UFPB não percebeu, em contrapartida, nem uma função gratificada ou exerceu cargo comissionado em razão do exercício das atividades de dentista.*

*Além disso, igualmente digno de registro é a constatação de que a instituição de ensino requerida não negou o fato de ter havido o desvio funcional em questão, limitando-se a afirmar, como fundamento da sua resistência, que a própria autora teria, por interesse próprio, exercido as atribuições do cargo de Odontólogo. No entanto, como já visto linhas atrás, restou devidamente comprovado o interesse institucional na manutenção da autora em desvio funcional, lotando-a em setores de atendimento na área de odontologia.*

*Por outro lado, no cálculo do valor das diferenças remuneratórias devidas em razão do exercício desviado, deverá ser utilizado como paradigma o primeiro nível/padrão de vencimentos do cargo de Odontólogo. A liquidação da verba indenizatória, portanto, deverá levar em conta o salário inicial da carreira do cargo paradigma, tal como requerido pela Universidade em seu apelo, até porque não se pode dizer que a autora/apelada preencheu todos os requisitos previstos no art. 39 da Constituição Federal de 1988 que são observados na fixação dos padrões de vencimentos e dos demais componentes remuneratórios dos servidores. (Destaque meu.)*

Por outro lado, consta do acórdão mediante o qual os embargos de declaração do particular foram julgados (fl. 385e):

*De fato, com o devido respeito à parte ora embargante, o acórdão hostilizado, após cuidadosa análise do vasto acervo fático probatório, considerando a peculiaridade da situação fática em foco e, ainda, com arrimo em precedente desta Corte Regional, foi claro ao afirmar que, no cálculo do valor das diferenças remuneratórias devidas em razão do exercício desviado, deverá ser utilizado como paradigma o primeiro nível/padrão de vencimentos do cargo de Odontólogo, sendo esclarecido que isso se deve ao fato de que não se pode dizer que a autora teria preenchido todos os requisitos previstos no art. 39 da Constituição Federal de 1998 que devem ser observados na fixação dos padrões de vencimentos e dos demais componentes remuneratórios dos servidores.*

*A pretensão de reformar esse entendimento, ao argumento de que não foram apreciados precedentes do Superior Tribunal de Justiça, bem como os dispositivos legais e constitucionais pertinentes à controvérsia,*

*não se insere em nenhuma das hipóteses de cabimento dos aclaratórios, devendo, pois, ser deduzido em recurso próprio a reexame de mérito.*

Observo tratar-se de questão relevante, oportunamente suscitada e que, se acolhida, poderia levar o julgamento a resultado diverso do proclamado. Ademais, a não apreciação das teses, à luz dos dispositivos constitucional e infraconstitucional indicados a tempo e modo, impede o acesso à instância extraordinária.

Caracterizadas, portanto, as omissões, como o demonstram os seguintes arestos:

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSOS ESPECIAIS. ART. 535 DO CPC. EXISTÊNCIA DE OMISSÃO NÃO SANADA. VIOLAÇÃO OCORRIDA. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.**

*1. É omissa o julgado que deixa de analisar as questões essenciais ao julgamento da lide, suscitadas oportunamente pela parte, quando o seu acolhimento pode, em tese, levar a resultado diverso do proclamado.*

*2. Necessidade da análise de questão relacionada à decadência do direito de anulação do ato de demarcação das terras de marinha no Município de Joinville, por ter sido a ação ajuizada mais de cinco anos depois da homologação do procedimento administrativo que determinou a linha preamar média de 1831.*

*3. Recurso especial da UNIÃO provido.*

*4. Recurso especial de H CARLOS SCHNEIDER S/A COMÉRCIO INDÚSTRIA prejudicado.*

(REsp 1.343.519/SC, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/11/2013, DJe 20/11/2013)

**PROCESSUAL CIVIL. ART. 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. OMISSÃO. VIOLAÇÃO OCORRIDA. ANULAÇÃO DO ACÓRDÃO.**

*1. É omissa o julgado que deixa de analisar as questões essenciais ao julgamento da lide, suscitadas oportunamente pela parte, quando o seu acolhimento pode, em tese, levar a resultado diverso do proclamado.*

*2. Recurso especial provido.*

(REsp 1213515/RS, Rel. Ministra DIVA MALERBI – DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/11/2012, DJe 23/11/2012)

Nesse sentido: REsp 1.529.187/RS, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe de 01.06.2015; REsp 1.444.331/ES, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe de 18.05.2015; REsp 1.502.033/MG, DJe de 05.06.2015; dentre outros.

Nas razões recursais apresentadas pela **UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**, a alegada violação aos arts. 41 e 117, XVII e XVIII, da Lei n. 8.112/1990 mostra-se inidônea a infirmar os fundamentos adotados pela Corte de origem, quais sejam: (a) comprovação de *desvio de função, por utilizar-se a Administração Pública da força de trabalho da servidora como dentista, em manifesta afronta ao princípio da legalidade*; e (b) *dever de indenizar, decorrente do desvio de função, sob pena de locupletamento indevido do ente público, em manifesta afronta aos preceitos de ordem jurídica pátria*, porquanto ausente comando suficiente nos dispositivos apontados para alterar a mencionada conclusão, razão pela qual o recurso não merece prosperar nesse ponto.

Com efeito, incide, por analogia, a orientação contida na Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal segundo a qual: “é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

**ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA E LAVRA DE MINÉRIOS. PEDIDO PROTOCOLADO NO ÚLTIMO DIA DA LICENÇA ANTERIOR. ACÓRDÃO A QUO QUE CONCLUI, COM BASE NOS FATOS E PROVAS CONSTANTES DOS AUTOS, SER DESARRAZOADO O INDEFERIMENTO DO REQUERIMENTO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. ARTIGO 18, INCISO I, DO CÓDIGO DE MINERAÇÃO. DISPOSITIVO LEGAL QUE NÃO CONTEM COMANDO CAPAZ DE SUSTENTAR A TESE RECURSAL E INFIRMAR O JUÍZO FORMULADO PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA N. 284 DO STF.**

(...)

2. Não pode ser conhecido o recurso especial se o dispositivo apontado como violado não contém comando capaz de sustentar a tese recursal e infirmar o juízo formulado no acórdão recorrido. Incidência, por analogia, da orientação posta na Súmula 284/STF.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 385.170/GO, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/08/2014, DJe 08/08/2014).

**PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO**

**CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE. NÃO CONHECIMENTO DO ESPECIAL. SÚMULAS 282, 284, 356/STF E 7/STJ.**

(...)

3. O fato de constar na Lei de Licitações a previsão de empreitada integral não infirma, de plano, os dizeres do acórdão no sentido de que não há empecilho à inclusão do fornecimento de imóvel. O conteúdo dos dispositivos mencionados no Especial não tem comando suficiente para alterar o acórdão. Incidência da Súmula 284/STF.

4. Em relação ao índice de reajuste utilizado e à caracterização do ato ímprobo, o acórdão se amparou nas conclusões de laudo pericial e afastou o prejuízo ao Erário. Aplica-se a Súmula 7/STJ à espécie.

Ressalto que o art. 11 da LIA nem sequer foi prequestionado, o que também sugere o óbice das Súmulas 282 e 356/STF.

5. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 229.402/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2013, DJe 08/05/2013 –destaques meus).

Outrossim, deve-se afastar a tese firmada com base no descumprimento do art. 1º-F, da Lei n. 9.494/1997 (com as alterações introduzidas pela Lei n. 11.960/2009), porquanto o tribunal de origem, considerando a inconstitucionalidade parcial desse dispositivo legal, determinou, acertadamente, a aplicação de correção monetária pelo IPCA-E e de juros de mora com base no índice oficial de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança a partir da vigência da Lei n. 11.960/2009.

No que se refere à aplicação do art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997 (redação dada pela Lei n. 11.906/2009) como critério de atualização monetária das dívidas da Fazenda Pública do período anterior ao precatório, o Supremo Tribunal Federal, julgando o RE 870.947/SE, sob o regime da repercussão geral (Tema 810/STF), decidiu em acórdão assim ementado:

**DIREITO CONSTITUCIONAL. REGIME DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS INCIDENTE SOBRE CONDENAÇÕES JUDICIAIS DA FAZENDA PÚBLICA. ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/97 COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 11.960/09. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DA UTILIZAÇÃO DO ÍNDICE DE REMUNERAÇÃO DA CADERNETA DE POUPANÇA COMO CRITÉRIO DE CORREÇÃO MONETÁRIA. VIOLAÇÃO AO DIREITO FUNDAMENTAL DE PROPRIEDADE (CRFB, ART. 5º, XXII). INADEQUAÇÃO MANIFESTA ENTRE MEIOS E FINS. INCONSTITUCIONALIDADE DA UTILIZAÇÃO DO RENDIMENTO DA CADERNETA DE POUPANÇA COMO ÍNDICE DEFINIDOR DOS JUROS MORATÓRIOS DE**



**CONDENAÇÕES IMPOSTAS À FAZENDA PÚBLICA, QUANDO ORIUNDAS DE RELAÇÕES JURÍDICO-TRIBUTÁRIAS. DISCRIMINAÇÃO ARBITRÁRIA E VIOLAÇÃO À ISONOMIA ENTRE DEVEDOR PÚBLICO E DEVEDOR PRIVADO (CRFB, ART. 5º, CAPUT). RECURSO EXTRAORDINÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO.**

1. O princípio constitucional da isonomia (CRFB, art. 5º, caput), no seu núcleo essencial, revela que o art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina os juros moratórios aplicáveis a condenações da Fazenda Pública, é inconstitucional ao incidir sobre débitos oriundos de relação jurídico-tributária, os quais devem observar os mesmos juros de mora pelos quais a Fazenda Pública remunera seu crédito; nas hipóteses de relação jurídica diversa da tributária, a fixação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança é constitucional, permanecendo hígido, nesta extensão, o disposto legal supramencionado. 2. O direito fundamental de propriedade (CRFB, art. 5º, XXII) repugna o disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, porquanto a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina. 3. A correção monetária tem como escopo preservar o poder aquisitivo da moeda diante da sua desvalorização nominal provocada pela inflação. É que a moeda fiduciária, enquanto instrumento de troca, só tem valor na medida em que capaz de ser transformada em bens e serviços. A inflação, por representar o aumento persistente e generalizado do nível de preços, distorce, no tempo, a correspondência entre valores real e nominal (cf. MANKIW, N.G. *Macroeconomia*. Rio de Janeiro, LTC 2010, p. 94; DORNBUSH, R.; FISCHER, S. e STARTZ, R. *Macroeconomia*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 2009, p. 10; BLANCHARD, O. *Macroeconomia*. São Paulo: Prentice Hall, 2006, p. 29). 4. A correção monetária e a inflação, posto fenômenos econômicos conexos, exigem, por imperativo de adequação lógica, que os instrumentos destinados a realizar a primeira sejam capazes de capturar a segunda, razão pela qual os índices de correção monetária devem consubstanciar autênticos índices de preços. 5. Recurso extraordinário parcialmente provido.

(RE 870.947, Relator: Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 20/09/2017, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-262 DIVULG 17-11-2017 PUBLIC 20-11-2017)

Por oportuno, a análise do andamento processual do Recurso Extraordinário n. 870.947/SE revela que, em 03.10.2019, o Supremo Tribunal Federal, por maioria,

rejeitou todos os embargos de declaração e não modulou os efeitos da decisão anteriormente proferida, mantendo, portanto, a aplicação integral da tese fixada em repercussão geral.

Esta Corte decidiu a controvérsia nos Recursos Especiais 1.495.146/MG, 1.492.221/PR e 1.495.144/RS, julgados sob o rito do art. 1.036 do Código de Processo Civil de 2015 (Tema 905/STJ), consoante espelha a ementa que ora transcrevo:

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 02/STJ. DISCUSSÃO SOBRE A APLICAÇÃO DO ART. 1º-F DA LEI 9.494/97 (COM REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.960/2009) ÀS CONDENAÇÕES IMPOSTAS À FAZENDA PÚBLICA. CASO CONCRETO QUE É RELATIVO A INDÉBITO TRIBUTÁRIO. "TESES JURÍDICAS FIXADAS.**

*1. Correção monetária: o art. 1º-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/2009), para fins de correção monetária, não é aplicável nas condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza.*

*1.1 Impossibilidade de fixação apriorística da taxa de correção monetária.*

*No presente julgamento, o estabelecimento de índices que devem ser aplicados a título de correção monetária não implica pré-fixação (ou fixação apriorística) de taxa de atualização monetária. Do contrário, a decisão baseia-se em índices que, atualmente, refletem a correção monetária ocorrida no período correspondente. Nesse contexto, em relação às situações futuras, a aplicação dos índices em comento, sobretudo o INPC e o IPCA-E, é legítima enquanto tais índices sejam capazes de captar o fenômeno inflacionário.*

*1.2 Não cabimento de modulação dos efeitos da decisão.*

*A modulação dos efeitos da decisão que declarou inconstitucional a atualização monetária dos débitos da Fazenda Pública com base no índice oficial de remuneração da caderneta de poupança, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, objetivou reconhecer a validade dos precatórios expedidos ou pagos até 25 de março de 2015, impedindo, desse modo, a rediscussão do débito baseada na aplicação de índices diversos. Assim, mostra-se descabida a modulação em relação aos casos em que não ocorreu expedição ou pagamento de precatório.*

*2. Juros de mora: o art. 1º-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/2009), na parte em que estabelece a incidência de juros de mora nos débitos da Fazenda Pública com base no índice oficial de remuneração da caderneta de poupança, aplica-se às condenações impostas à Fazenda Pública, excepcionadas as condenações oriundas de relação jurídico-tributária.*

*3. Índices aplicáveis a depender da natureza da condenação.*

*3.1 Condenações judiciais de natureza administrativa em geral.*

*As condenações judiciais de natureza administrativa em geral, sujeitam-se aos seguintes encargos: (a) até dezembro/2002: juros de mora de 0,5% ao mês; correção monetária de acordo com os índices previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, com destaque para a incidência do IPCA-E a partir de janeiro/2001; (b) no período posterior à vigência do CC/2002 e anterior à vigência da Lei 11.960/2009: juros de mora correspondentes à taxa Selic, vedada a cumulação com qualquer outro índice; (c) período posterior à vigência da Lei 11.960/2009: juros de mora segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança; correção monetária com base no IPCA-E.*

*3.1.1 Condenações judiciais referentes a servidores e empregados públicos.*

*As condenações judiciais referentes a servidores e empregados públicos, sujeitam-se aos seguintes encargos: (a) até julho/2001: juros de mora: 1% ao mês (capitalização simples); correção monetária: índices previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, com destaque para a incidência do IPCA-E a partir de janeiro/2001; (b) agosto/2001 a junho/2009: juros de mora: 0,5% ao mês; correção monetária: IPCA-E; (c) a partir de julho/2009: juros de mora: remuneração oficial da caderneta de poupança; correção monetária: IPCA-E.*

*3.1.2 Condenações judiciais referentes a desapropriações diretas e indiretas.*

*No âmbito das condenações judiciais referentes a desapropriações diretas e indiretas existem regras específicas, no que concerne aos juros moratórios e compensatórios, razão pela qual não se justifica a incidência do art. 1º-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/2009), nem para compensação da mora nem para remuneração do capital.*

*3.2 Condenações judiciais de natureza previdenciária.*

*As condenações impostas à Fazenda Pública de natureza previdenciária sujeitam-se à incidência do INPC, para fins de correção monetária, no que se refere ao período posterior à vigência da Lei 11.430/2006, que incluiu o art. 41-A na Lei 8.213/91. Quanto aos juros de mora, incidem segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança (art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei n. 11.960/2009).*

*3.3 Condenações judiciais de natureza tributária.*

*A correção monetária e a taxa de juros de mora incidentes na repetição de indébitos tributários devem corresponder às utilizadas na cobrança de tributo pago em atraso. Não havendo disposição legal específica, os juros de mora são calculados à taxa de 1% ao mês (art. 161, § 1º, do CTN). Observada a regra isonômica e havendo previsão na legislação da entidade tributante, é legítima a utilização da taxa Selic, sendo vedada sua cumulação com quaisquer outros índices.*

*4. Preservação da coisa julgada.*

*Não obstante os índices estabelecidos para atualização monetária e*

*compensação da mora, de acordo com a natureza da condenação imposta à Fazenda Pública, cumpre ressaltar eventual coisa julgada que tenha determinado a aplicação de índices diversos, cuja constitucionalidade/legalidade há de ser aferida no caso concreto.*

**" SOLUÇÃO DO CASO CONCRETO.**

*5. Em se tratando de dívida de natureza tributária, não é possível a incidência do art. 1º-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/2009) - nem para atualização monetária nem para compensação da mora -, razão pela qual não se justifica a reforma do acórdão recorrido.*

*6. Recurso especial não provido. Acórdão sujeito ao regime previsto no art. 1.036 e seguintes do CPC/2015, c/c o art. 256-N e seguintes do RISTJ.*

(REsp 1.495.146/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/02/2018, DJe 02/03/2018).

No caso em tela, a condenação refere-se a servidores públicos e, portanto, enquadra-se no item 3.1.1, alínea c, de modo que, a partir de julho/2009 (vigência da Lei n. 11.960/2009), deverá ser aplicado o IPCA-E a título de correção monetária.

Posto isso, com fundamento nos arts. 932, III e V, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, *a e c*, e 255, I e III, ambos do RISTJ, **NÃO CONHEÇO** do Recurso Especial do ente público e **DOU PROVIMENTO** ao Recurso Especial do particular, determinando a devolução dos autos à origem, para que seja suprida a omissão constatada.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019.

**MINISTRA REGINA HELENA COSTA**

Relatora